

Vida Económica

09-03-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 26000

Temática: Saúde

Dimensão: 156

Imagem: S/Cor

Página (s): 28

# Lei dos Compromissos gera dificuldades nos pagamentos na Saúde

TERESA SILVEIRA

Ainda não é conhecida a regulamentação da chamada Lei dos Compromissos (Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro), que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, imposta pela "troika", mas, no que

às dívidas da Saúde diz respeito, as dificuldades de implementação do novo sistema de controlo de pagamentos têm gerado dúvidas acrescidas, sabe a "Vida Económica".

As maiores dificuldades estão no facto de os gestores públicos estarem impedidos de contratar despesa superior à estimativa das verbas disponíveis para os três meses

seguintes, sendo que a Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH) já deu "feedback" ao Ministério da Saúde, tutelado por Paulo Macedo, dos constrangimentos dos gestores hospitalares em aplicar a nova lei.

Aliás, está expresso no nº 2 do artigo 9º daquele diploma que "os agentes económicos que procedam



Paulo Macedo, ministro da Saúde.

ao fornecimento de bens ou serviços sem que o documento de compromisso, ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente possua a clara identificação do emitente e o correspondente número de compromisso válido e sequencial não poderão reclamar do Estado ou das entidades públicas envolvidas o respetivo pagamento ou quaisquer direitos ao ressarcimento, sob qualquer forma".

## Fundos da "troika" só se não houver aumento da dívida

O presidente da ACSS revelou, aliás, num seminário recente no hospital de Santo António, no Porto, que "a disponibilização dos fundos pela 'troika' só será feita se se conseguir evidenciar que não haverá aumento da dívida", embora reconheça tratar-se de algo "muito difícil quando sabemos que o orçamento é deficitário". Mas, ainda assim, "vamos ver", disse João Carvalho das Neves, confiante de que também "há garantias das administrações dos hospitais para cumprir os orçamentos" e que, daqui por diante, "vamos dar maior acompanhamento ao controlo da dívida, aos prazos de pagamento e à antiguidade dos saldos".

O objetivo vai no sentido de "reduzir cerca de 600 milhões de euros ao orçamento e 200 milhões ao défice" este ano, explicando que o "défice conjunto [Orçamento do Estado e hospitais EPE] foi de 870 milhões de euros em 2011 e que a "estimativa" para 2012 é que se fique pelos 485 milhões de euros.

Recorde-se que o défice na Saúde, que foi de 450 milhões de euros em 2010, desceu para 400 milhões em 2011 e, em 2012, deverá retroceder para os 200 milhões, ou seja, para cerca de metade, ainda de acordo com o presidente da ACSS, João Carvalho das Neves, no referido seminário. Valores que foram atualizados já em fevereiro deste ano, sabendo-se que a execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS) apresentou em dezembro de 2011 um saldo negativo de 275,2 milhões de euros.